

## **Produção de alimentos, cafeicultura e escravidão na Zona da Mata mineira, século XIX**

**Jonis Freire**

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil  
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-2200-9319>  
E-mail: [jonisfreire@yahoo.com.br](mailto:jonisfreire@yahoo.com.br)

**Vitoria Fernanda Schettini de Andrade**

Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Niterói, RJ, Brasil  
Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-3262-9538>  
E-mail: [vfschettini@yahoo.com.br](mailto:vfschettini@yahoo.com.br)

**Resumo:** Minas Gerais foi a província brasileira com o maior número de escravos durante o século XIX, que foram utilizados como mão de obra fundamental para diversas atividades econômicas. Uma região que se destacou dentro dessa diversificada província foi a Zona da Mata. Este artigo propõe analisar o perfil econômico da região, tendo como foco principal de abordagem a produção agrícola para as freguesias de Santo Antonio do Paraibuna e São Paulo do Muriaé. A primeira foi uma das pioneiras no cultivo da rubiácea em Minas Gerais, e a segunda, grande produtora de café em finais do século XIX. Trata-se, pois, de perceber aspectos econômicos bem específicos de duas sub-regiões que compõem Mata (a área Sul e a Central). Esperamos, assim, contribuir para um debate que ainda se encontra em aberto. Serão utilizados, como fonte principal, os inventários *post-mortem*.

**Palavras-chave:** Agricultura; Diversificação; Café; Escravidão; Zona da Mata mineira.

### **Food production, coffee cultivation and slavery in Mata Mineira region in XIX century**

**Abstract:** Minas Gerais was the Brazilian Province with the largest number of slaves during the nineteenth century, who were used as a fundamental labor force for various economic activities. One region that stood out in this diverse province was Zona da Mata. This article proposes to analyze the economic profile of the region, focusing mainly on agricultural production for the parishes of Santo Antonio do Paraibuna and São Paulo do Muriaé. The first was one of the pioneers in the cultivation of rubiaceae in Minas Gerais and the second was a major coffee producer in the late nineteenth century. It is therefore necessary to understand very specific economic aspects of two sub-regions that make up the Mata Mineira (the South and Central areas). We hope, therefore, to contribute to a debate that is still open. Post-mortem inventories will be used as the main source.

**Keywords:** Agriculture; Diversification; Coffee; Slavery; Mata Mineira region.

**Texto recebido em: 15/04/2019**

**Texto aprovado em: 26/05/2019**

**As “Zonas” da Mata Mineira, século XIX**

A Capitania, depois Província de Minas Gerais contou, como fatores importantes para sua ocupação e povoamento, com o surto da mineração a partir de meados do século XVIII, na região central do seu território, e com uma diversificação econômica que teve suas origens desde início do oitocentos. De acordo com Roberto Borges Martins:

Existe hoje um forte consenso de que a economia da capitania viveu um processo de diversificação desde os primeiros anos da ocupação do território, com o desenvolvimento, ao lado do setor minerador, de atividades de agricultura, pecuária, comércio, serviços e manufatura, em todas as regiões. (MARTINS, 2018, p. 504-505)

Até o declínio da lide mineradora, todas as outras regiões mineiras, direta ou indiretamente, a ela se ligavam; entretanto, após a redução da extração aurífera, houve um redimensionamento econômico, demográfico e político nas Minas Gerais, o que se expressou pela importância atribuída a outras microrregiões mineiras e, desta forma, ganhou destaque a Zona da Mata mineira.

Rômulo Garcia de Andrade fez uma análise da estrutura escravista e agrária da região da Mata mineira de meados do século XIX até o fim da escravidão. Para o autor, “em Juiz de Fora eram hegemônicas as grandes propriedades, possuindo em média 100 escravos, 236 alqueires e 237.714 pés de café” (ANDRADE, 1991, p. 97). O pesquisador ainda constatou, por meio da análise do jornal *O Pharol*, entre os anos de 1876 e 1888, uma presença constante de matas virgens nas propriedades, o que, segundo ele, é um indício de que havia possibilidade de aumentar o plantio do principal produto da região em localidades como Juiz de Fora e Muriaé. Os inventários indicavam a mesma tendência. Anderson Pires (2009) amplia o recorte temporal de Rômulo até 1920 e apresenta a extensão das fazendas juiz-de-foranas e a expansão cafeeira na Zona da Mata mineira, comprovando a capacidade monetária dos fazendeiros locais e as condições que os mesmos possuíam para adquirir cativos.

Podemos ainda citar alguns autores que têm como foco a produção do café na região juiz-de-forana, como os trabalhos de: Ângelo Carrara (1999), que analisa o perfil agrário e a ocupação do território mineiro; Mônica Oliveira (2005), que apresenta o quadro das fazendas de café de Paraibuna; Luiz Fernando Saraiva

(2001), que faz uma análise do colonato e transição do trabalho escravista para o livre; Rita Almico (2001), que mostra as mudanças ocorridas na riqueza pessoal de Juiz de Fora entre os anos de 1870 a 1914; Sônia Souza (2007), que traça o perfil camponês; Elione Guimarães e Jonis Freire (2006, 2014), que trazem o cotidiano escravo; Vitória Schettini de Andrade (2006), que pesquisa o perfil econômico, a produção agrária e o perfil familiar, dentre outros.

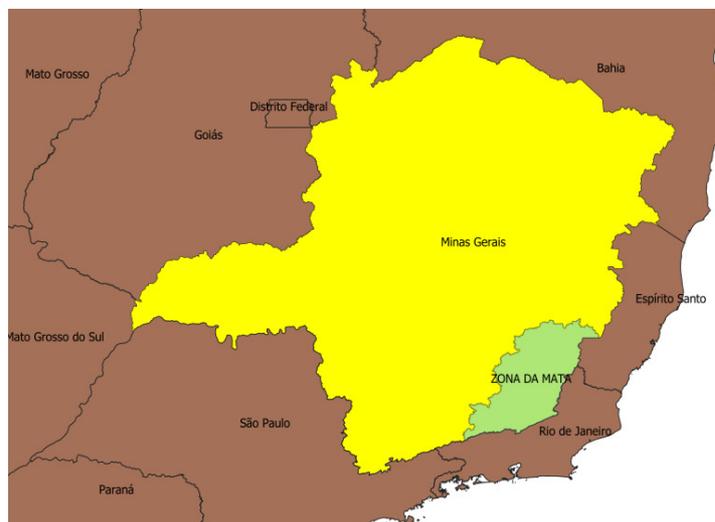
Bom que se diga que a Zona da Mata recebeu este nome em função da densa floresta de Mata Atlântica que ainda cobria seu território na virada do século XVIII. Ao longo do oitocentos, porém, essa vegetação foi derrubada para dar lugar à produção de gêneros alimentícios e a cafeicultura. Foi a produção de café, segundo Douglas C. Libby (1988), que fez da Zona da Mata a região economicamente mais dinâmica da Província naquele período.

A partir da abertura do “Caminho Novo das Gerais”, que ligava Vila Rica (Ouro Preto) ao Rio de Janeiro, a Zona da Mata mineira se destacou em meados do século XIX como uma das principais produtoras de café da Província, fato que influenciou diretamente o perfil populacional da região (LAGUARDIA, 2015). Esse período foi marcado inicialmente pela produção de gêneros agrícolas diversificados e, mais tarde, por uma elevada produção de café, passando de uma “economia de subsistência” para uma economia agroexportadora (VITTORETTO, 2011).

Segundo Francisco Iglésias (1972, p. 364), quando acabou o ouro “fácil” encontrado no leito e nas margens dos rios e veios, houve a necessidade de se encontrar outra fonte de riqueza. A criação e a lavoura conquistaram novas áreas, principalmente as que ficavam entre o centro mineiro, São Paulo e Rio de Janeiro. Desta maneira, “o Sul e a Mata vão ser povoados por outra forma de exploração econômica”. Para Libby (1988, p. 48), “mais importante ainda é constatar que, com seu considerável contingente de escravos, a Zona da Mata estava apta a absorver o surto de cafeicultura, cuja chegada não tardaria”.

Alguns municípios da Zona da Mata mineira (Figura 1) foram tomados, por vários autores, como representativos de toda a região, com relação: à mão de obra – escrava; à propriedade agrária – o latifúndio; e ao produto agrícola principal – o café (RESENDE, 1944; MERCADANTE, 1973). No entanto, a Zona da Mata não se constituía em uma região homogênea, pois apresentava algumas diferenças dentro de seu próprio território. Ao estudar os dados do Censo de 1940, Elza de Souza traçou um perfil das propriedades rurais em Minas Gerais no século XX, bem como de sua distribuição segundo suas áreas médias em hectares. A autora distinguiu,

para a Zona da Mata, três sub-regiões: Norte, Central e Sul (SOUZA, 1951, p. 51-53).



**Fonte:** QGIS DEVELOPMENT TEAM, 2016. QGIS Geographic Information System. Open Source Geospatial Foundation Project. Disponível em: <<http://qgis.osgeo.org>>. Acesso em: 25 abr. 2019; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Base Cartográfica do Brasil. 2014. Disponível em: <[ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/malhas\\_territoriais/malhas\\_municipais/municipio\\_2014/](ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_municipais/municipio_2014/)>. Acesso em: 25 abr. 2019.

### FIGURA 1<sup>1</sup>

#### Localização ilustrativa da Zona da Mata mineira

Desde o início do século XIX, os diferentes processos de ocupação territorial e os movimentos de população a eles característicos determinaram a variada participação dos escravos no conjunto da população total de cada um dos municípios da região. Da mesma forma, influíram nos padrões distintos de propriedade fundiária e de suas produções agrárias, bem como na natureza distinta de cada um dos processos de produção estabelecidos nas sub-regiões da Mata.

No que corresponderia à Zona da Mata Norte, Elza de Souza (1951) assinalou uma área média de propriedade inferior a 60 hectares. 40% da sua área produtiva estava destinada à agricultura, sendo importante a exploração de madeiras para lenha e carvão para a indústria siderúrgica. Cerca de 60% de seus territórios eram ocupados por propriedades rurais e 30%, por matas virgens. Esta região compreendia uma autêntica zona de fronteira, onde apenas metade da área possuía sítios e fazendas que compartilhavam as estruturas fundiárias com o Norte do Espírito Santo.

A Zona da Mata Central, constituída pelos municípios que vão da margem esquerda do rio Pomba até o alto do Vale do Rio Doce, e daí para leste até o limite com o Espírito Santo, situava-se num patamar inferior a 60 hectares. Os municípios que dela participavam (Ervália, Guiricema, Visconde do Rio Branco, Senador Firmino, Ubá, a parte setentrional de Rio Pomba, Mercês, Rio Espera, Viçosa e Teixeiras) tinham mais de 40% da superfície aproveitável ocupada por lavouras, com média de 34 habitantes por km<sup>2</sup>, a mais alta de toda a região. Nesta sub-região, a área média de propriedade era geralmente inferior a 35 hectares.

Na Zona da Mata Sul – vales do Paraíba e dos seus afluentes Preto, Paraibuna e Pomba – as propriedades eram menos divididas. A área média era superior a 79 hectares e tinha em média menos de 34 habitantes por km<sup>2</sup>. Desta sub-região participavam os municípios de Recreio, Leopoldina, Volta Grande, Além Paraíba, Mar de Espanha, São João Nepomuceno, Rio Novo, Bicas, Matias Barbosa, Juiz de Fora e Santos Dumont. Mais de dois terços desses municípios eram ocupados por pastagens.

Embora de maneira diversa, a mão de obra escrava foi bastante importante para a ocupação e o povoamento dessas sub-regiões da Zona da Mata. Quando o recenseamento de 1872 foi feito, apurou-se que a Mata – cuja área correspondia a cerca de 5% do território de Minas Gerais – detinha 16,57% da população total e 24,39% da população escrava da Província. Contudo, no interior dessa região, ocorriam diferenças importantes quanto à porcentagem de população escrava de cada paróquia. As cifras desiguais permitem estabelecer uma cartografia da difusão da produção: quanto mais distante da área da monocultura cafeeira, menor era a participação dos escravos nas lavouras. Dos 157.909 habitantes da Zona da Mata Sul, correspondente aos municípios de Rio Preto, Juiz de Fora, Rio Novo, Mar de Espanha e Leopoldina, 55.584 (35,20%) eram escravos. Na Zona da Mata Central, Viçosa, Muriaé, Ubá e Rio Pomba, dos 136.603 habitantes totais, 27.240 (19,94%) eram escravos. Por fim, na Zona da Mata Norte – Ponte Nova –, dos 54.032 habitantes totais, 7.551 (13,97%) eram escravos (CARRARA, 1993). A participação dos escravos no conjunto da população correspondia uma dada estrutura da propriedade fundiária da Mata. A relação entre o número de proprietários e a área total dos municípios é outro indicador importante nesta relação (CARRARA, 1993).

De acordo com Ângelo Alves Carrara, o Registro de Terras da então Vila de Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora), em 1855, assinalava que todo o município concentrava 145 proprietários, a maioria por compra, e, apesar da falta

de rigor na anotação das medidas das terras, o tamanho médio – quando declarado – era de uma ou duas sesmarias. Em Leopoldina, foram registrados 82 proprietários, dos quais 27 possuíam 88,45 % de toda a área registrada. Em Mar de Espanha, o total de proprietários chegava a 270 e, em Cataguases, a 207. Essas cifras contrastam com os números para a região do Pomba. Foram registrados 1.600 proprietários em Rio Pomba; em Viçosa, 327; em Visconde do Rio Branco, 504; e, em Muriaé, 553. A sub-região Norte, até o primeiro quartel do século XX, continuava como uma importante área de fronteira e apresentava a maior parte das terras devolutas da região nessa época. A única paróquia recenseada em 1850 foi Ponte Nova, com 365 proprietários. O território contíguo ao Espírito Santo era ocupado por aldeias indígenas sob o processo de sedentarização. (CARRARA, 1993).

Assim, a fim de pensar esse espaço designado como Zona da Mata mineira, o objetivo deste trabalho é compreender, a partir da análise de alguns proprietários, o perfil econômico e a produção agrícola para as freguesias de Santo Antônio do Paraibuna e São Paulo do Muriaé, sendo a primeira uma das pioneiras no cultivo da rubiácea e a segunda, uma das maiores (senão a maior) produtoras de café em finais do século XIX. Trata-se, pois, de perceber aspectos econômicos bem específicos de duas sub-regiões que compõem a área Sul (Paraibuna) e a Central (Muriaé). Para isso, utilizaremos dos inventários *post-mortem* para ambas as freguesias a fim de entender o padrão econômico e produtivo da região e algumas particularidades de senhores escravistas.

### **Diversidade: produção de gêneros agrícolas, café e escravos**

É recorrente, em efemérides que abordam a região, garantir que o café seria o principal produto econômico da Zona da Mata mineira no século XIX<sup>2</sup>. Porém, reforçamos que este modelo deve ser revisto se tivermos como parâmetro a Zona da Mata no seu todo. Tal afirmação se dá em consequência de pensar a produção da rubiácea numa perspectiva comparada e se tivermos como base o efeito centrífugo gerado pelo (re)ordenamento, pela (re)distribuição do espaço econômico e o modelo de implantação da cultura do café na região Sul Fluminense.

Quando nos referimos ao vale do Paraíba Fluminense, nota-se, de acordo com João Fragoso e Célia Muniz (1993; 2005), que a produção cafeeira foi baseada

num sistema agrário extensivo, fundamentado em técnicas rudimentares, com a utilização de poucos implementos técnicos e uso de pousios longos, com derrubadas das matas e queimadas das raízes, ocasionados pela disponibilidade de terras, fato que levou o uso do solo sem qualquer tipo de preocupação em relação ao seu esgotamento.<sup>3</sup> Claro que esse fator foi decisivo para entender o quadro da produção agrícola da Mata mineira e nos dá garantia de afirmar que o café não chegou ao mesmo tempo em todas as sub-regiões, estando ligado diretamente à ocupação do território. Ou seja, à medida que o homem adentrava na região, levava consigo formas econômicas de sobrevivência, induzindo o solo, anteriormente produtivo, à sua falência.

Se pensarmos que a exaustão do solo fluminense levou a uma redução da produção cafeeira na primeira metade do século XIX e este mesmo produto avançou fronteira acima rumo as Minas Gerais, nota-se que as primeiras mudas do produto chegam à região antes mesmo de 1850, mesmo que de forma tímida, mas que toma proporções maiores a partir dessa data em Santo Antônio do Paraibuna, enquanto que, em São Paulo do Muriahé, somente mais tarde se atingirá o seu apogeu produtivo. Nota-se que, quanto mais próximo ao fim da escravidão, maior será sua produção de café nesta última freguesia (ANDRADE, 1995; OLIVEIRA, 2005; ANDRADE, 2011; VITTORETTO, 2011).

O engenheiro Carlos Prates (1905), ao discorrer sobre a importância na melhoria do transporte para o escoamento da produção na região, afirma a hipótese acima. Enquanto a produção cafeeira declinava na sub-região Sul, o autor apresentava Muriahé como o mais importante município da Mata sob o ponto de vista agrícola, consequência de muitos cafezais decadentes em Mar de Espanha e o avanço da produção em áreas que havia terras disponíveis e fronteiras a expandir.

As investigações realizadas sobre a Zona da Mata central (Muriahé) demonstraram que as unidades de produção camponesas se encontravam misturadas em meio às grandes unidades de produção escravistas, fundamentalmente produtoras de algum gênero agrícola destinado ao mercado. Como as propriedades camponesas e escravistas dispunham do mesmo nível técnico no processo material de produção – isto é, enxadas, foices e machados –, abria-se a possibilidade para alguns lavradores que possuíssem os meios de produção adequados, especialmente terras, para participarem em pequena escala da agricultura mercantil, sobretudo da cafeicultura. Não obstante, alguns fatores atuaram de modo corrosivo sobre as estruturas camponesas nessa sub-região, que

muito precocemente viu surgir sistemas intermediários de trabalho – arrendamentos e parcerias, por exemplo – antes da constituição de um proletariado rural. Aqui, como de maneira geral em Minas Gerais, as estruturas familiares de produção – que contavam como força principal o trabalho familiar – sobreviveram enquanto tiveram à sua disposição o principal recurso: terras nas áreas de fronteira. Em algumas regiões, como o Vale do Rio Doce, essa fronteira só se fechou em meados do século XX. O que desejamos realçar é, antes, a difusão da produção familiar da qual vivia a grande maioria da população dessa sub-região (CARRARA, 1993).

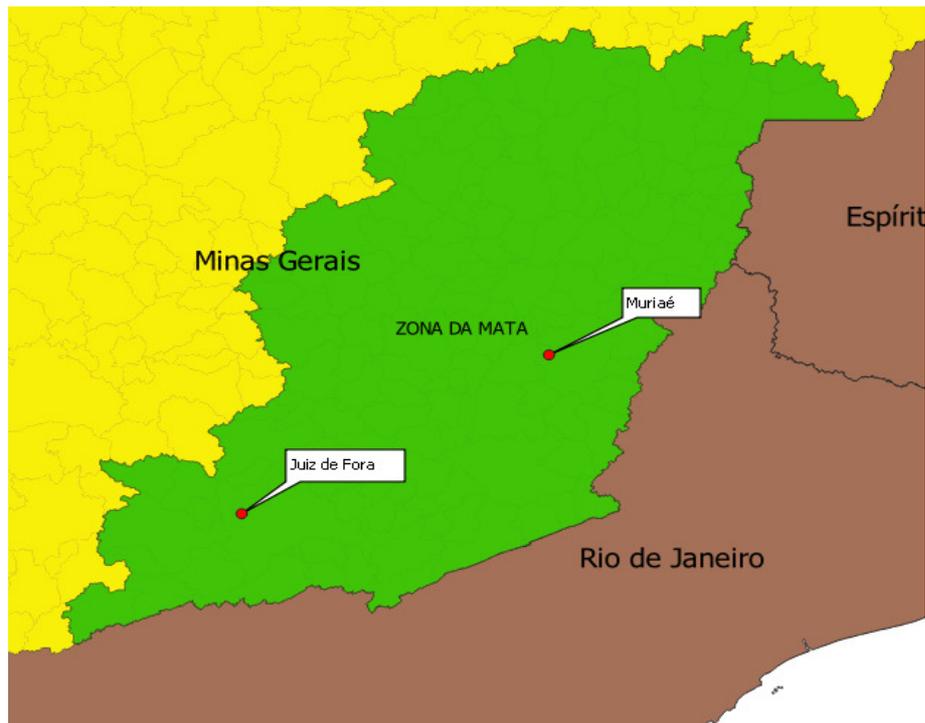
Já na Zona da Mata Sul, desde meados do século XIX, a fronteira deixara de existir, e os lavradores passaram a não mais poder contar com a ocupação de parcelas novas para a reprodução do seu modo de existência. O fechamento das fronteiras atuou como o principal elemento de destruição desse tipo de produção familiar (CARRARA, 1993).

Santo Antonio do Paraibuna e São Paulo do Muriaé (Figura 2), assim como Paraíba do Sul, apresentaram, em seu período escravista, um sistema agrário cuja lógica interna combinava os fatores ligados a terra e ao trabalho, em que os instrumentos de trabalho se repetiam (ANDRADE, 2011, p. 41). Entretanto, de acordo com o tempo de ocupação e exploração da terra, os equipamentos utilizados poderiam ser em maior número e com maior diversificação, mesmo que fossem essas mudanças muito lentas nas duas freguesias e, muitas vezes, não perceptíveis nas fontes consultadas.

Rômulo Andrade desenvolveu uma hipótese na qual procurou determinar os indivíduos que representavam a elite econômica na Zona da Mata durante o século XIX. Segundo ele, no começo desse século era nítida a concentração de terras, pois “53 propriedades (num total de 215) detinham 66.816 alqueires dos 71.760 alqueires registrados sendo nítida a concentração fundiária” (ANDRADE, 1998, p. 185). De acordo com o autor, no período entre 1854-1888, em média as grandes propriedades de Juiz de Fora, por exemplo, possuíam 100 escravos em cada unidade de produção, 236 alqueires e 237.714 pés de café (ANDRADE, 1991, p. 97).

Ainda de acordo com Andrade, as propriedades contavam com uma diversificação agrícola que lhes possibilitou certa autonomia com relação ao mercado, conclusão que pode ser verificada por meio da análise dos inventários *post-mortem*. As maiores inversões de capital se davam, primeiramente, em

escravos, depois em terras e, finalmente, no café, sendo as restantes em menor monta. A diversificação da produção agrícola foi a base para aqueles que viriam a ser os maiores produtores de café em Santo Antonio do Paraibuna e São Paulo do Muriaé.



**Fonte:** QGIS DEVELOPMENT TEAM, 2016. QGIS Geographic Information System. Open Source Geospatial Foundation Project. Disponível em: <<http://qgis.osgeo.org>>. Acesso em: 25 abr. 2019; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Base Cartográfica do Brasil. 2014. Disponível em: <[ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/malhas\\_territoriais/malhas\\_municipais/municipio\\_2014/](ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_municipais/municipio_2014/)>. Acesso em: 25 abr. 2019.

#### FIGURA 2<sup>4</sup>

#### Localização ilustrativa da Zona da Mata mineira

Para ilustrar de forma direta o que se afirma, selecionamos quatro inventários *post-mortem* relacionados a dois grandes proprietários residentes em Muriaé e outros dois residentes em Paraibuna em momentos distintos, com o objetivo de analisar a relação dos equipamentos existentes, a extensão da terra, o perfil agrícola e as benfeitorias. A compreensão da riqueza (composição da fortuna) daqueles senhores se constitui fundamental. O conhecimento do montante que os mesmos possuíam em terras, dívidas, escravos, etc., cotejado a trabalhos sobre a

concentração das propriedades fundiária e da posse de escravos, nos ajudará a perceber qual o nível de riqueza em que se encontravam esses proprietários da Zona da Mata Sul e Central.

No inventário de Lino Teixeira de Siqueira, aberto em 1864, notamos a presença de 1 serrote com travadeira, 12 enxadas, 5 machados velhos, 5 formões, 1 par de ferras, ferramentas de capina, balança, 70 alqueires de terra de cultura, 13 mil pés café, canavial, moinho, monjolo, paiol, engenho movido a bois, 100 braçadas de milho, 40 alqueires de feijão, 190 arrobas de café colhido e 10 escravos, com as somas apresentadas na tabela abaixo.

**TABELA 1****Composição de bens de Lino Teixeira de Siqueira – Muriahé, 1864**

<b>Bens</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Móveis	492\$940	2,7
Semoventes	864\$000	4,7
Escravos	7:040\$000	38,1
Raiz	10:001\$200	54,1
Joias	46\$000	0,2
Dívidas ativas	40\$000	0,2
Total	18:484\$140	100

Fonte: Fórum Tabelião Pacheco de Medeiros. Arquivo cível. Inventário *post-mortem* de Lino Teixeira de Siqueira.

Em 1883, ou seja, dezenove anos depois da abertura do documento acima, localizamos o inventário *post-mortem* de Antônio Augusto Bicalho Canêdo. Conforme consta, Desembargador Canêdo destaca-se como um dos maiores proprietários de escravos da freguesia, perfazendo um total de 114 escravos, incluindo adultos e crianças. Possuía um *monte-mor* avolumado para a região, num total de 506:644\$000 (quinhentos e seis contos, seiscentos e quarenta e quatro mil réis), composto de alguns bens como móveis, semoventes, escravos, raiz, joias e dívidas ativas, conforme tabela abaixo. É o proprietário que mais aparece nos assentos de batismos de escravos, com um total de 34 escravos batizados.<sup>5</sup>

TABELA 2

**Composição de bens de Antônio Augusto da Silva Canêdo – Muriahé, 1883**

Bens	Valor	%
Móveis	9:127\$000	1,8
Semoventes	6:340\$000	1,1
Escravos	99:600\$000	19,6
Raiz	79:153\$000	15,6
Jóias	884\$480	0,1
Dívidas ativas	313:540\$000	61,8
Total	506:644\$000	100

Fonte: Fórum Tabelaio Pacheco de Medeiros. Arquivo cível. Inventário *post-mortem* de Antônio Augusto da Silva Canedo.

Dentre os semoventes, além dos escravos encontravam-se presentes, no documento, 122 animais, dentre porcos e capados, 105 cabeças de gados, dentre garrotes, bezerros, novilhos e bois, e 55 animas de carga, com bestas, éguas, cavalos e potros. Chama-nos a atenção o número elevado para as dívidas ativas e nenhuma dívida passiva, além de uma banda de música de responsabilidade dos escravos com todo aparato necessário para seu funcionamento. Dentre os nomes que se destacam para as dívidas ativas, estavam políticos, grandes escravistas da região, padres, membros de sua família, médicos, Companhias de Seguros, Apólices, Bancos, Secretaria de Finanças da Corte, além de outros.

Muito embora a documentação não traga nenhum equipamento técnico mais sofisticado para cultivo da terra, nota-se uma avolumada importância para os bens de raiz, com cerca de 6.150 arrobas, dentre café em coco, café novo e café em fruta, além de 102 mil pés de café plantados. Juntamente com os empréstimos de dinheiro a juros, o café seria a mola-mestra da economia desse senhor, que, inclusive, possuía animais para transportar sua produção, antes, durante ou mesmo depois da construção da ferrovia *Leopoldina Railway*. Porém, junto ao café, notamos uma forte presença da cultura de gêneros diversificados, como cana plantada, colhida e na produção de aguardente, um mandiocal, 64 carros de milho, 130 alqueires de arroz, 80 alqueires de feijão, numa propriedade composta de uma extensão de 367 alqueires de terra e com variadas benfeitorias, como paiol, engenho de café, olaria, casa de ferreiro, tenda de carpintaria, engenho, etc.

Observa-se nos exemplos acima a presença de utensílios simples para a exploração da terra, como enxada e instrumentos de capina, vários animais de utilidade doméstica, uma produção diversificada como milho, cana, feijão, arroz e

do café. Tais dados nos remetem a uma autossuficiência das fazendas, levando-nos a ideia de complementariedade entre produtos para o abastecimento interno, mas também de um mercado agroexportador em momentos mais próximos ao fim do século. Mesmo não apresentando instrumentos técnicos mais finos para o cultivo da terra, pelo perfil econômico apresentado por Eudóxia Canêdo, esposa e inventariante do Desembargador, acreditamos que, para manter uma produção desse porte, necessitava de mão de obra e de técnicas mais elaboradas para manter o nível de produção, como o uso do arado, por exemplo, e não apenas de enxadas e foices. Afirmamos que naquele momento, os trilhos já estavam presentes em várias freguesias da região, como Paraibuna, Leopoldina, Rio Novo, Porto Novo do Cunha, Santa Rita de Meia Pataca, dentre outras, ligando a região ao Rio de Janeiro, o que contribuiu para dobrar as exportações de café entre os anos de 1875 e 1880 (BLASENHEIM, 1996, p. 83).

Contudo, como afirmado anteriormente, notamos que, antes de o café se tornar economicamente o principal produto da região, outros alimentos eram produzidos e, mesmo após o intenso cultivo da rubiácea, a diversificação produtiva continuava abastecendo o mercado interno, proveniente do próprio sustento das unidades e gerando excedentes que seriam negociados em outras freguesias e outras Províncias. Ao que se percebe, a agricultura de mantimentos seria a responsável em preparar a infraestrutura para o desenvolvimento do café e o ingresso definitivo da região à economia de grande porte. Essa ideia é afirmada por Ângelo Carrara (1999, p. 31) ao assegurar que, antes do café, a paisagem rural da Mata Central foi dominada até a década de 1840, pelas lavouras de milho, feijão, cana e alguns poucos arrozais. George Gardner, ao visitar as fazendas dos Ferreira Leite em 1841, relatou que a produção dos cafezais na propriedade do barão de Aiuruoca atingira dez mil arrobas e, na de Francisco, onze mil, além de queijo, açúcar e aguardente vendidos aos mercados do Rio de Janeiro (GARDNER, 1942 [1846], p. 447-448).

De forma mais específica, a documentação para Muriahé apresenta uma permanência da produção do milho e cana em todo o recorte analisado (1850-1888), porém, com uma rápida e notável queda da produção em ambos os casos em períodos variados. De acordo com Jamila Câmara (2014, p. 59), a quantidade de alqueires dedicados à produção de cana cai consideravelmente durante toda a década de 1858 a 1867, sendo o ano de 1866 o ano de menor expressividade para a

produção, com apenas 19 alqueires dedicados à produção da planta. O mesmo pode-se dizer da produção do milho. É notável a diminuição da produção do grão, ainda que, em relação à cana, ele se mantenha mais equilibrado, tendo maior dedicação de alqueires à produção em 1858.

Com relação ao cultivo de outras culturas, como o arroz, o feijão, a laranja, dentre outros, nota-se, também, um declínio de grãos e frutas colhidas que seguirão o mesmo perfil da colheita da cana e do milho. O mesmo poderá ser percebido em alqueires usados para sua produção. De forma geral, há uma queda visível em todas as culturas existentes com o passar dos anos e ocorrendo uma inversão em relação à produção do café. A partir da documentação consultada, o café aparece timidamente em Muriahé em meados do século XIX e toma grandes proporções a partir de 1875. Nesse momento, a freguesia assume um quadro de economia de exportação o que será facilitado pelo escoamento da produção com a chegada dos trilhos em 1886.

### QUADRO 1

#### Produção agrícola em São Paulo do Murahé, 1850-1888.

Ano	Cana (em alqueires)	Milho (em alqueires)	Outras culturas <sup>6</sup> (em alqueires)	Café (pés) <sup>7</sup>
<b>1850-1859</b>	1.883	2.333	1.451	157.830
<b>1860-1869</b>	382	1.243	995	525.403
<b>1870-1879</b>	494	702	345	2.430.108
<b>1880-1888</b>	455	576	305	7.416.537
<b>Total</b>	<b>3.214</b>	<b>4.854</b>	<b>3.096</b>	<b>10.529.878</b>

Fonte: Adaptação feita pelos autores às tabelas de Câmara (2014).

Nos arredores daquele que viria a se tornar o Distrito e depois município de Juiz de Fora, estabeleceu-se um núcleo fornecedor de produtos de primeira necessidade, bem como de pouso para os tropeiros que se utilizaram daquela estrada. Muitos daqueles homens e mulheres, como os das famílias Dias Tostes, Paula Lima e Barbosa Lage, tiveram a origem de suas fortunas ligadas à diversificação de atividades. Fossem agrícolas, comerciais ou usurárias, elas garantiram o capital para o início de seu enriquecimento por meio da lavoura cafeeira. Todavia, como notado para Muriahé, é preciso reter que, na maioria das vezes, não houve por parte daqueles indivíduos o abandono imediato dessas atividades que lhes propiciaram o suporte financeiro para se dedicar à produção

daquela rubiácea, mesmo porque não sabiam que o café seria tão lucrativo (CARNEIRO; MATOS, 2008, p. 19).

A partilha dos bens da finada Dona Anna Maria do Sacramento, de quem ficou viúvo Antonio Dias Tostes, permitiu conhecer um pouco sobre os bens que aquela família possuía, bem como sobre sua distribuição entre os herdeiros do casal. Embora não tenhamos em mãos todo o inventário, esse documento nos permitiu essa possibilidade, uma vez que todos os bens inventariados deveriam ser divididos entre os herdeiros no ato da partilha. A divisão dos bens foi feita no ano de 1837. O monte-mor foi avaliado em 182:444\$578. Feitos os abatimentos das dívidas passivas (débitos) no valor de 36:552\$950, as custas do processo e outras somas, o monte líquido partível entre o viúvo e os outros herdeiros ficou na quantia de 135:131\$600, conforme os dados da Tabela 3.

**TABELA 3****Composição da fortuna do casal Dias Tostes em mil réis – Santo Antonio do Paraibuna 1837<sup>8</sup>**

<b>Bens</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Escravos	58:556\$404	43,3
Imóveis rurais	37:879\$996	28,0
Dívidas ativas	37:700\$550	27,9
Móveis	994\$650	0,8
Total	135:131\$600	100

**Fonte:** Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Partilha dos bens de D. Anna Maria do Sacramento, 1837.

O item principal na composição da riqueza do casal Dias Tostes compunha-se de seus cativos (43,3%). A fortuna pertencente a eles se ancorava na posse escrava, o que, sem dúvida, denota a importância dessa família como uma das mais abastadas da região, em um momento em que os preços dos cativos comprados nas Minas eram maiores do que os praticados no Rio de Janeiro. Segundo Roberto Martins, todas as evidências disponíveis apontaram, pelo menos enquanto perdurou o tráfico africano, que os cativos em Minas eram mais caros do que os cariocas. Baseando-se em fontes contemporâneas, o autor apontou para o fato de que em “1810 não se podia comprar um escravo por menos de 240 a 280 mil-réis, enquanto uma amostra de vendas de cativos no Rio de Janeiro, entre 1807 e 1812, fornece os preços médios de 145 mil-réis para os homens e de 123 mil-réis para as mulheres” (MARTINS, 1983, p. 185). Slenes concorda com Martins com relação a

esse aspecto, embora atente para o fato de que a comparação deva ser feita com relação aos preços vigentes em Vassouras (RJ). Segundo ele: “não só a evidência a respeito do tráfico de africanos, mas também dados diretos sobre os preços de escravos indicam que a mão de obra forçada, antes de 1850, era mais cara em Minas do que em Vassouras” (SLENES, 1988, p. 470)

Ao que parece, o casal Tostes começou a amealhar sua fortuna ligada a atividade de tropeiro. Na descrição dos bens deixados ao viúvo, constam para o seu pagamento “um rancho de tropas, casas de vivenda e uma morada de casas tudo coberto de telha na paragem denominada Boiada tudo na quantia de 600\$000”, e ainda “um rancho de tropas coberto de capim, casas de vivenda cobertas de telha no lugar denominado Ranchinho tudo na quantia de 30\$000”. A propriedade contava ainda com uma “tenda de ferreiro na quantia de 25\$600”. Todavia, já no ano de 1837, esta não deveria ser a atividade que mais lhes possibilitou aumentar seu cabedal. Dizemos isso porque os únicos animais descritos na partilha (17 bois de carro; 04 vacas; 02 novilhos de dois anos; 02 novilhos pequenos; 04 cavalos e uma besta e as 80 cabeças de porcos entre pequenos e grandes) foram usados para o pagamento das dívidas. Outra hipótese que pode ser levantada é a de que os Tostes tenham se ligado à atividade de tropeiro, como “prestadores de serviço”, ou seja, seus ranchos de tropas poderiam estar servindo como pouso aos tropeiros que atravessavam aquelas paragens. Entretanto, esta parece uma hipótese menos provável, pois, para conseguir um alto grau de lucratividade, teriam de contar com um fluxo sempre constante e intenso de indivíduos dispostos a pagar pelos serviços prestados.

A família dispunha de um tear e sua aparelhagem, que parece ter-lhes garantido a confecção das próprias roupas de cama e mesa, como as 10 colchas de algodão, os 17 colchões do mesmo tecido, 19 toalhas de mão, 11 grandes de algodão. A posse contava ainda com a mobília habitual: camas, tamboretas, e outros móveis, além das típicas bacias de cobre tão peculiares àqueles domicílios e existia ainda uma espingarda. Havia também os utensílios domésticos, como garfos, faqueiros, panelas de ferro, bacias de arame, etc.

A única cultura efetivamente descrita na partilha foi a do café. Àquela altura, esta já devia ser uma realidade na fazenda do casal. A Antonio Dias Tostes, ficou para seu pagamento com a “Fazenda do Retiro avaliada em 12:000\$000 e mais uma morada de casas de sobrado novas, dois moinhos e seus anexos tudo coberto de telha e um cafezal tudo na quantia de 3:300\$000”. Creemos que esse fosse o local de

residência daquela família, não só pelo valor, mas por todo o aparato, o que pode talvez ser confirmado pelo “sobrado de casas novas”. Terras para o plantio do café não lhes faltavam. Além da Fazenda de Juiz de Fora, que foi dividida entre os doze herdeiros, o casal havia adquirido “uma sesmaria de terras nos fundos de Mathias que foram compradas a Francisco do Valle na quantia de 1:200\$000” e, ainda, “um quarto de terras de cultura que foi comprado a Manoel Linhares nos fundos do Alcaide mor na quantia de 400\$000”. Talvez essas compras de terras tenham sido efetivadas com o propósito de produzir café em larga escala.

Essa família possuía tudo que era necessário para adentrar nesse “novo” negócio. Além de terra e escravos, contava também com as ferramentas necessárias para produção, limpeza, colheita do café, bem como para os produtos de subsistência. Entre os bens legados ao viúvo, havia ainda 79 cativos; 94 enxadas avaliadas em 60\$160; 44 foices na quantia de 28\$160; 23 machados no valor de 23\$000 e mais 05 carros ferrados. Fragoso (1993, p. 21; 28) ressaltou que, tanto na cultura de alimentos quanto na de café, as técnicas e o instrumental de trabalho adotados eram muito semelhantes.

O alto valor das dívidas ativas do casal demonstra que eles praticavam a usura, ou seja, empréstimo de dinheiro a juros. Como já expusemos, eram muitos os devedores do casal, o que demonstra a importância da família. Se os Tostes não possuíssem um cabedal considerável, não seriam tão requisitados pelos indivíduos daquela localidade que procuravam empréstimos financeiros. Se não fossem detentores de poder local, que lhes possibilitasse emprestar sem temor creio que este tipo de prática, não seria utilizado tão largamente por eles. Essa deve ter sido uma prática comum entre eles e, certamente, possibilitou-lhes aumentar sua riqueza.

Esse sistema de “crédito” foi utilizado na formação da economia cafeeira do Vale do Paraíba durante o século XIX, sobretudo, na primeira metade, visto que não havia um sistema bancário desenvolvido que pudesse se responsabilizar por tais empréstimos.

O capitão Manoel Ignácio Barbosa Lage, outro morador de Santo Antonio do Paraibuna, patriarca da família Barbosa Lage, faleceu no dia 03 de março de 1868; deixou viúva, três filhos, uma nora e os filhos desta como seus herdeiros. O inventário feito nesse ano demonstrou que a importância dos bens inventariados era de 380:674\$459. Feita a divisão, coube à viúva e aos outros quatro herdeiros

190:337\$229<sup>1/2</sup> para cada (viúva e herdeiros). No caso dos herdeiros, foram acrescidos a esse valor os dotes no valor de 6:550\$000 e, logo em seguida, abatidos os prêmios de testamentária e legados na importância de 8:200\$000. Desta forma, coube aos herdeiros a quantia de 188:687\$229<sup>1/2</sup>, recebendo cada um dos quatro 47:171\$807. As dívidas ativas do casal compunham a maior parte de sua riqueza, 27,5%; bem como os imóveis rurais e urbanos 27,3%; seguidos pelos escravos, 26,3%, todos com valores acima dos cem contos de réis (Tabela 4).

**TABELA 4****Composição da fortuna do casal Barbosa Lage em mil réis – 1868**

<b>Bens</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Dívidas ativas	104:751\$759	27,5
Imóveis rurais e urbanos	104:070\$000	27,3
Escravos	100:090\$000	26,3
Produção, plantações e mantimentos	45:610\$000	12,0
Direitos e Ações	18:060\$000	4,8
Animais	4:884\$000	1,3
Móveis	1:911\$100	0,5
Metais preciosos	1:297\$600	0,3
Total	380:674\$459	100

Fonte: Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (Doravante AHUFJF). Cartório do 1º Ofício Cível. Inventário *post-mortem* do Capitão Manoel Ignácio Barbosa Lage, 1868.

150

Entre os imóveis, havia 312 alqueires e meio de terras, distribuídos na Fazenda da Boa Esperança, e outros comprados pela família, com seus respectivos galinheiros, cafezais, monjolos, senzalas, etc. Os cafezais pertencentes àquela família totalizavam 190 mil pés de café e havia ainda 500 arrobas de café por colher nos cafezais, que tinham entre 35 anos a seis meses de idade. Havia também menção a 200 alqueires de arroz, 160 de feijão e mais 60 carros de milho e 4.400 arrobas de café em coco. Nota-se, portanto, que a cultura de café era produzida conjuntamente com outros produtos de subsistência. Apesar da importância do café, a produção de outros gêneros como os acima descritos parece ter sido importante naquelas propriedades, e possivelmente em outras médias e grandes posses da região.

Na Tabela 4, podemos conhecer de maneira mais detalhada como se distribuía a riqueza daquele casal. Seus três maiores percentuais de fortuna vinculavam-se em ordem decrescente em Dívidas ativas, Imóveis rurais e urbanos e em Escravos, com percentagens bastante próximas umas das outras: 27,5%, 27,3%

e 26,3%, respectivamente. Ao que parece, o capitão Manoel Ignácio Barbosa Lage e sua esposa diversificaram sua fortuna, o que lhes possibilitou “empatar” seus rendimentos de maneira bem distribuída em três grandes atividades econômicas. Talvez essa tenha sido uma forma de se assegurarem contra as oscilações econômicas que poderiam minar sua riqueza.

Outras atividades que parecem ter demandado “menores” recursos por parte daquele casal encontravam-se nas atividades agrícolas, que abarcavam 12,0% de seu patrimônio; logo em seguida, vinham os Direitos e ações, com 4,8%, Animais, 1,3%, Móveis, 0,5% e, por último, os Metais preciosos, sobretudo ouro e prata, que perfizeram apenas 0,3% de sua fortuna. Os dotes feitos pelo inventariante aos quatro herdeiros foram basicamente em escravos.<sup>9</sup>

As localidades aqui estudadas desenvolveram / solidificaram sua formação, povoamento e ocupação, sobretudo, mas não somente, a partir do desenvolvimento, em momentos distintos, da economia cafeeira, que demandou uma mudança “radical” na sua economia, sociedade e demografia. Compostas por homens de grande riqueza, prestígio e poder local, as famílias aqui estudadas utilizaram-se do matrimônio para manter e/ou aumentar suas fortunas, principalmente por meio do casamento entre eles próprios ou entre outras famílias possuidoras de igual cabedal. Entretanto, nota-se que o montante de suas fortunas variou, a par das diferenciações entre a distribuição de suas riquezas que eles foram detentores, dentre outros bens, de muitos escravos, terras, dívidas ativas e produziram bastante café. E essa riqueza constituiu-se a partir da produção de gêneros diversos.

### **Considerações finais**

De acordo com o que foi exposto, nota-se que o desenvolvimento econômico da Zona da Mata mineira estava ligado diretamente à abertura do Caminho Novo. Tal ocupação estaria relacionada ao efeito centrífugo, partindo da ideia de que, quanto mais distante territorialmente da Corte e do Sul fluminense rumo à Mata mineira, mais tardio seria o fechamento da fronteira agrícola, seu desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, seu apogeu na produção do café.

Percebe-se, também, que a região não pode ser considerada homogênea, tendo em vista sua variação regional, o que se dá tanto para os investimentos, quanto para a produção agrícola. Quando analisamos dois grandes senhores da freguesia de Paraibuna e dois grandes proprietários de Muriahé, observamos que os valores utilizados e apresentados na documentação são mais reduzidos se próximos ao início do século e mais volumosos quanto mais próximos ao final do século. Ou seja, os Dias Tostes apresentam em 1837 um valor total de bens 135:131\$600, enquanto que a esposa do desembargador apresenta, no ano de 1883, um valor de bens em torno de 506:644\$000. Tais valores nos faz crer que havia toda uma tendência ao crescimento monetário, com altos investimentos aplicáveis, quanto mais próximos ao fim da escravidão.

Enquanto os Ferreira Lage, em 1868, possuíam os três maiores percentuais de fortuna baseado em dívidas ativas, imóveis rurais e urbanos e em escravos com 27,5%, 27,3% e 26,3%, respectivamente, para os Canêdos, em 1883, estes valores giravam em torno de 61,8% de dívidas ativas, 19,6% de escravos e 15,6% de bens de raiz. Percebe-se, assim, que tanto um quanto o outro senhor dedicavam suas aplicações aos empréstimos, o que lhes conferia um aumento de sua riqueza, baseado no cabedal do poder político que lhes eram conferidos, já que ambos estavam envolvidos no cenário político da Província.

Em se tratando da produção agrícola, é percebido, tanto para Paraibuna, quanto para Muriahé, uma diversificação agrícola, como cana, milho, feijão, arroz, laranjas, antes e durante o auge da produção cafeeira; porém, para São Paulo do Muriahé, nota-se, com o passar dos anos, uma redução na cultura desses produtos, no momento em que o café ganha força maior. Todavia, a incorporação de novas e variadas fontes de pesquisa e a revisitação desses e de outros documentos para o estudo de questões relacionadas à produção agrícola na Zona da Mata mineira ainda se faz necessária, pois as pesquisas ainda não se dão por satisfeitas ou não estão cristalizadas. Porém, como vemos, alguns paradigmas já foram quebrados.

## NOTAS

1. Figura produzida através do software livre QGIS versão 3.5, a partir da Fonte: Base Cartográfica – IBGE 2014.
2. Ver as *Revistas da Fundação Hastenreiter* em suas várias edições, dentre outros autores, como Faria (1995).

3. Sobre o a parte Fluminense do Vale e outras perspectivas sobre a produção, tecnologia, etc., conferir: Salles (2008) e Martins (1995).
4. Figura produzida através do software livre QGIS versão 3.5, a partir da Fonte: Base Cartográfica – IBGE 2014.
5. Inventário do Desembargador Antônio Augusto da Silva Canêdo. Cartório do 1º Ofício Cível, Muriaé, maço 55. Livros de Batismos da Matriz São Paulo, 1850-1888.
6. Arroz, feijão, laranja, etc. em alqueires.
7. Mesmo Jamila Câmara não usando para o café (pês) o mesmo padrão de outros produtos (alqueires), o Quadro 1 nos permite vislumbrar o crescimento da produção relativa ao aumento da produção de café, análise feita anteriormente por Rômulo Garcia Andrade (1995) e Vitória Fernanda Schettini de Andrade (2011).
8. Para esta e as próximas duas tabelas sobre a composição das fortunas, os valores que foram distribuídos nos seguintes grupos abarcam os seguintes itens: *Bens móveis* se constitui de utensílios, ferramentas, objetos de casa; *Metals preciosos*, geralmente ouro e prata; os *Animais* abarcam cavalos, bestas, gado, porcos, etc.; os *Escravos* eram todos os indivíduos escravizados pertencentes à propriedade; *Bens imóveis* se referem a casas e benfeitorias urbanas e rurais, terras; *Produção, plantações e mantimentos* reúnem as lavouras de cultura, bem como os gêneros alimentícios produzidos na propriedade (neste tópico vão desde as plantações de café, milho, arroz, feijão até os produtos já colhidos e armazenados); *Ações e Dinheiro* compostos por ações de empresas ou bancos, por exemplo, e dinheiro em mãos ou em conta bancária; e *Dívidas ativas*, ou seja, créditos a receber.
9. Inventário *post-mortem* do Capitão Manoel Ignácio Barbosa Lage, 1868. AHUFJF. Cartório do 1º Ofício Cível.

## REFERÊNCIAS

ALMICO, Rita de Cássia da. *Fortunas em movimento: as mudanças ocorridas na riqueza pessoal. Juiz e Fora, 1870-1914*. Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas.

ANDRADE, Rômulo. Escravidão e cafeicultura em Minas Gerais: o caso da Zona da Mata. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 11, n. 22, mar./ago. 1991.

\_\_\_\_\_. *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e sus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. 2v.

ANDRADE, Vitória F. Schettini de. *Batismos e apadrinhamentos de filhos de mães escravas. São Paulo do Muriaé, 1850-1888*. Vassouras, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra.

\_\_\_\_\_. *Os sertões de São Paulo do Muriaé: terra, riqueza e família na Zona da Mata Mineira 1846-1888*. Seropédica, 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

BLESSENHEIM, Peter L. As ferrovias de Minas Gerais no século XIX. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 81-110, 1996.

CAMARA, Jamila. *Nas sombras dos cafezais: produção de subsistência em uma região cafeeira na segunda metade do século XIX (1850-1888)*. Niterói, 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.

CARNEIRO, Patrício A. S.; MATOS, Ralfo E. S. A formação do espaço agrário no Leste da capitania de Minas Gerais: Vale dos Rios Piranga e Paraibuna (1694-1835). *XIII Seminário sobre a Economia Mineira*, Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2008.

CARRARA, Angelo Alves. *Estruturas agrárias e capitalismo: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na Zona da Mata Mineira, século XVIII e XIX*. Mariana: NHED/UFOP, 1999.

\_\_\_\_\_. *A Zona da Mata de Minas Gerais: diversidade econômica e continuísmo (1839-1909)*. Niterói, 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.

FARIA, Maria Auxiliadora. *O que ficou dos 178 anos da história de Muriaé*. Leopoldina, 1995.

FRAGOSO, João L. Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação mercantil e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. São Paulo: Alameda, 2014.

GARDNER, George. *Viagens no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1942 [1846].

GUIMARÃES, Elione. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – MG, 1828-1928)*. São Paulo: Annablume; Juiz de Fora: Funalfa, 2006.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1972. t. 2, v. 2.

LAGUARDIA, Rafael Martins de Oliveira. *Dos dízimos à demarcação de terras: geoprocessamento aplicado a módulos rurais (Juiz de Fora século XVIII e XIX)*. Juiz de Fora, 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora.

LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista – Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *O imperial Instituto Fluminense de Agricultura: elites, política e reforma agrícola no Segundo Reinado (1860-1897)*. Rio de Janeiro, 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 181-209, jan./abr. 1983.

MARTINS, Roberto Borges. *Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: ICAM; ABPHE, 2018.

MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do leste: estudo de uma região: Mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *A riqueza fugaz: trajetória e estratégias de famílias de proprietários de terras de Vassouras, 1920-1890*. Rio de Janeiro, 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de família: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru, SP: Edusc; Juiz de Fora, MG: Funalfa, 2005.

PIRES, Anderson. *Café, finanças e bancos: Juiz de Fora, 1889/1930*. Juiz de Fora: Funalfa, 2009.

PRATES, Carlos. *A lavoura e a indústria da Zona da Mata*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1905.

RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1944.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SARAIVA, Luiz Fernando. *O império das Minas: café e poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893*. Niterói, 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense.

SARAIVA, Luiz Fernando. *Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora – 1870-1900*. Niterói, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH/UNICAMP*, 17 jun. 1988.

SOUZA, Elza Coelho de. Distribuição das propriedades rurais no Estado de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 13, n. 1, jan./mar. 1951.

SOUZA, Sônia Maria de. *Além dos cafezais: produção de alimentos e mercado interno em uma região de economia agroexportadora – Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. Niterói, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense.

VITTORETTO, Bruno Novelino. Duas abordagens sobre a economia local: a transição agrária do distrito de Santo Antonio do Parahybuna (1840-1850). *Revista Urutágua*, n. 25, nov. 2011.

**Jonis Freire** é Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, no Rio de Janeiro, Brasil. Pós-Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), câmpus de Franca, em São Paulo, e Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

**Vitoria Fernanda Schettini de Andrade** é Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (USS), em Niterói, no Rio de Janeiro, Brasil. Professora da Faculdade Santa Marcelina e do Centro Universitário Unifaminas, em Muriaé, em Minas Gerais. Pós-Doutora em História pela Universidade do Minho, em Portugal. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Mestre em História pela Universidade Severino Sombra (USS) e Graduada em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Marcelina.



**Como citar:**

FREIRE, Jonis; ANDRADE, Vitoria Fernanda Schettini de. Produção de alimentos, cafeicultura e escravidão na Zona da Mata mineira, século XIX. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 15, n. 1, p. 134-157, jan./jun. 2019. Disponível em: <[pem.assis.unesp.br](http://pem.assis.unesp.br)>.